

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-785-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.854211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 2**”, apresenta pesquisas que se debruçam sobre a compreensão do espaço, por meio das ações das distintas sociedades, que resultam da síntese relacional entre a natureza e a ação humana. Nesse sentido, historicamente em diferentes lugares os grupos humanos desenvolveram técnicas cada vez mais avançadas para garantir não só as necessidades de suas populações, mas também o seu poder e domínio sobre o território. Dessa forma, tais técnicas tornaram-se realmente complexas, mas sem deixarem de lado a premissa mais básica desde o surgimento dos primeiros agrupamentos: a necessidade de utilização e transformação da natureza. Como consequência, ocasionou impactos negativos sobre o espaço geográfico, que podem ser percebidos em distintas escalas.

Partindo desse entendimento, o livro composto por dezesseis capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, de distintos pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras e uma de Moçambique, apresenta pesquisas que interrelacionam ações humanas sobre o espaço e destacam a centralidade das relações de poder na constituição social. Entre os temas abordados, predominam análises de integração e porosidade territorial, patrimônio arqueológico, avaliação e utilização de resíduos sólidos, gênero e comunidades tradicionais, educação ambiental, saneamento básico, conurbação urbana, clima, entre outros.

Para mais, destacamos a importância da socialização dos temas apresentados, como forma de visibilizar os estudos realizados sob dissemelhantes perspectivas. Nesse sentido, a Editora Atena, se configura como uma instituição que possibilita a divulgação científica de forma qualificada e segura.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO PARA DIMINUIR AS PERDAS DE ÁGUA NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO

Ricardo dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114121>

CAPÍTULO 2..... 13

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE EQUAÇÕES DE FATOR DE SEGURANÇA

Felipe Costa Abreu Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114122>

CAPÍTULO 3..... 21

AVALIAÇÃO DA UMIDADE RELATIVA DO AR NO PERFIL TOPOCLIMÁTICO DO PICO DA BANDEIRA, MINAS GERAIS

Emerson Galvani

Thais Bassos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114123>

CAPÍTULO 4..... 37

CLASSIFICAÇÃO DE ANOS PADRÃO DE PLUVIOSIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA-SP

Ivan Vasconcelos de Almeida Sá

Edelci Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114124>

CAPÍTULO 5..... 50

CONTRACARTOGRAFANDO JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ícaro Cardoso Maia

Alcindo José de Sá

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114125>

CAPÍTULO 6..... 60

EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA – O CASO DE UMA ESCOLA RURAL, NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

Jorginaldo Calazans dos Santos

Flaviano Oliveira Fonseca

Antenor Santos do Carmo

Thamires Cristina de Oliveira Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114126>

CAPÍTULO 7..... 69

ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS PARA A CONTRIBUIÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE TERRA E NA MELHORIA DA QUALIDADE DO AMBIENTE, NO

DISTRITO DE MUANZA: CASO DE ESTUDO NA SEDE DISTRITAL, ENTRE 2014 a 2019
– MOÇAMBIQUE

Maria Albertina Lopes da Silva Barbito

Abel Armando Nhacuirima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114127>

CAPÍTULO 8..... 80

O MOVIMENTO INTERESTADUAL DE MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU: DESAFIOS E LUTAS PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS DO
TERRITÓRIO

Gilson de Araújo Silva

Talita Maria Machado Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114128>

CAPÍTULO 9..... 89

RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS
PARA O ENCAMINHAMENTO DO RESÍDUO CLASSE A NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ
– SP

Romária Pinheiro da Silva

Jumara Soares das Chagas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114129>

CAPÍTULO 10..... 102

OS BRINQUEDOS ARTESANAIS DE MIRITI CONFECCIONADOS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: A PRODUÇÃO NO PARÁ

Jumára Soares das Chagas

Simey Thury Vieira Fisch

Romária Pinheiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141210>

CAPÍTULO 11..... 122

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES: EVIDÊNCIA
DA OCUPAÇÃO HUMANA PRÉ-COLONIAL NO EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA

Carolina Porto Luiz

Geovan Martins Guimarães

Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141211>

CAPÍTULO 12..... 135

POROSIDADE TERRITORIAL E ESTADO: A CONCEPÇÃO DE FRONTEIRA NA
PERSPECTIVA DA POLÍTICA HAITAINA

Guerby Sainte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141212>

CAPÍTULO 13..... 148

RODOVIA/AVENIDA DR. LAMARTINE PINTO DE AVELAR NA CIDADE DE CATALÃO

(GO): USO DO SOLO URBANO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CALÇADAS

Ainglys Cândido Pinheiro

Randolpho Natil de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141213>

CAPÍTULO 14..... 158

A AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E A DETERIORAÇÃO OPERACIONAL DO MODELO DE BRT NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA LINHA TRANSCARIOCA

André Luiz Bezerra da Silva

Mauro Kleiman

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141214>

CAPÍTULO 15..... 165

ILHAS DE FRESCOR URBANO: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE – RS

Lizia De Moraes De Zorzi

Mino Viana Sorribas

André Luiz Lopes da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141215>

CAPÍTULO 16..... 175

O PANTANAL ARAGUAIANO

Paulo Roberto Martini

Valdete Duarte

Egídio Arai

Luaê Andere

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141216>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 184

ÍNDICE REMISSIVO..... 185

CAPÍTULO 5

CONTRACARTOGRAFANDO JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/11/2021

Ícaro Cardoso Maia

Universidade Federal do Vale do São Francisco
(UNIVASF)
Petrolina – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/6907960038123705>

Alcindo José de Sá

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/6656311800970192>

RESUMO: Este trabalho discute questões associadas ao método de interpretação (visão de mundo e pressupostos filosóficos) e ao método de pesquisa (ferramentas e procedimentos) no que tange à realização de abordagens cartográficas de perspectiva social, considerando o protagonismo da comunidade desde as etapas iniciais da pesquisa, na definição dos objetivos e dos temas prioritários. Além disso, abordamos a importância de se correlacionar os conceitos de lugar e de paisagem ao conceito de território, no mapeamento das territorialidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografias, territorialidades, protagonismo social, simetria epistemológica, articulação conceitual.

COUNTER-CARTOGRAPHING WITH TRADITIONAL COMMUNITIES: METHODOLOGICAL ASPECTS

ABSTRACT: This paper discusses questions related to the method of interpretation (world view and philosophical presuppositions) and to the research method (tools and procedures) regarding the realization of cartographic approaches of social perspective, considering the protagonism of the community from the initial stages of the research, in defining the objectives and priority themes. In addition, we discuss the importance of correlating the concepts of place and landscape with the concept of territory, in the mapping of traditional territorialities.

KEYWORDS: Cartographies, territorialities, social protagonism, epistemological symmetry, conceptual articulation.

1 | INTRODUÇÃO

A cartografia tem se consolidado como ferramenta e procedimento de investigação em diversos ramos disciplinares que tratam da relação entre comunidades e seu território, como a geografia agrária, a ecologia humana, a antropologia cultural e a psicologia social. Por ingressarem nestas distintas áreas de conhecimento, os procedimentos cartográficos comuns na geografia passaram a se correlacionar com os demais elementos metodológicos próprios destas disciplinas, tais quais, os provenientes da observação e interação etnográfica, além das contribuições

da análise etnoecológica e das abordagens representacionais.

Este processo múltiplo de interações teórico-metodológicas veio enriquecendo e diversificando a cartografia, que passou a desenvolver atributos de método científico, sendo estes, ainda mais reconhecidos em ramos da psicologia do que na própria geografia. É neste sentido que optamos neste trabalho por não realizar uma fala restrita a procedimentos práticos, mas de demonstrar como o pensamento cartográfico tem nos possibilitado interconectar os principais temas atinentes à territorialidade das comunidades tradicionais.

A territorialidade, portanto, se apresenta como um conceito-chave para a ação cartográfica, uma vez que traduz as diversas relações estabelecidas entre a comunidade e o território habitado, sejam essas relações de cunho ecológico, na interação cotidiana entre as pessoas e seu ambiente biofísico, sejam as relações de cunho sociopolítico, na defesa e manutenção da posse da terra, por exemplo. Um conceito que, no contexto de uma comunidade, só pode ser compreendido ao se observar os processos territoriais em uma escala de detalhe, ou seja, uma escala onde se consiga distinguir os indivíduos e grupos sociais, seus movimentos cotidianos, suas interações com o ambiente e os próprios objetos-chave que constituem tal ambiente.

Neste sentido, a cartografia de comunidades tradicionais tende a ser uma tecelagem de conexões entre ecologia e política na escala comunitária, ou seja, entrelaçamentos cartográficos entre distintos processos de territorialização.

A discussão da relação entre questões ecológicas e processos de cunho político vem sendo construída teoricamente na área da Ecologia Política, principalmente por antropólogos que vem dando destaque aos debates da territorialidade. Uma referência muito importante nesta área é o antropólogo Paulo Elliott Little, norte-americano residente no Brasil desde 1992 e professor do departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Em sua obra “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico” (LITTLE, 2006), o autor defende que

Algumas das mais importantes transformações recentes no paradigma ecológico são a elaboração de sínteses transdisciplinares entre as ciências sociais e naturais, a proposta heurística da simetria epistemológica e o diálogo metodológico com os estudos da complexidade. Essas transformações servem como base para discutir os aportes da antropologia ao novo campo de pesquisa da ecologia política. Após a delimitação do subcampo da “etnografia dos conflitos socioambientais”, as práticas específicas da etnografia multiator, que identifica e diferencia os agentes sociais e os “agentes naturais”, e do uso de múltiplos níveis espaciais e temporais de análise são delineadas. (Op. cit., p.1).

Outro diálogo que consideramos basilar, além deste que nos propomos a observar entre os agentes sociais e os “agentes naturais”, é o diálogo entre cultura e política, sendo ambas vistas como dimensões agregadas e sincrônicas do território. A articulação de alguns pares conceituais citados por Carneiro (2013), como “dominação e apropriação”, “poder

e identidade”, “função e símbolo”, dentre outros, se constitui como mecanismo analítico eficaz para a evidenciação das conexões entre aspectos culturais e políticos nos estudos sobre territorialidades.

O território é o lócus da reprodução cultural das comunidades tradicionais, pois a cultura está inscrita nos modos de vida diversos. Por isso, a importância de pensarmos cultura e poder de forma articulada:

O estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto, às vezes, é chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (apesar de eu me concentrar nisso), mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 2002, p. 104 e 105).

Assim, pensar os processos de territorialização de comunidades tradicionais é um modo de “pensar politicamente a cultura” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 168). Neste sentido, a resistência territorial se apresenta como o motor desse processo, uma vez que traduz a maneira própria das comunidades se organizarem, incluindo suas formas próprias de comunicação e agregação.

Mas a dimensão cultural também está expressa em outros aspectos dos modos de vida tradicionais. Para Leff (2009, p. 102), “a materialidade da cultura inscreve-se na racionalidade produtiva de sociedades tradicionais (...) gerando um ‘efeito mediador’ entre a produção e o meio ambiente”. Desse modo, o próprio trabalho, como relação cotidiana estabelecida entre as comunidades tradicionais e seu ambiente biofísico – base material para a reprodução de sua existência – tem uma forte essência cultural, seja na forma de fazer agricultura, de criar os animais, na forma de extrair bens úteis da vegetação nativa, dentre outras práticas carregadas de saberes transmitidos entre as gerações.

Desta maneira, a relação comunidade-meio¹ pode ser revelada a partir de estudos etnológicos, permitindo-nos a compreensão da formação do espaço que é expressa na materialidade da cultura das comunidades tradicionais.

Com base nestas compreensões, o estudo das territorialidades das comunidades tradicionais vem se tornar mais clara, independentemente da escala de aprofundamento, com o auxílio de mapas, uma vez que estes são capazes de sistematizar espacialmente os traçados da ocupação da terra, das feições da natureza e da dinâmica cotidiana, de modo

¹ Preferimos esta expressão, ao invés de chamarmos de “relação sociedade-natureza”, pois a noção de natureza que sustentamos é sinônima de universo físico-material, onde a sociedade está inserida. Neste sentido, entendemos que esses dois conceitos não podem ser interconectados em uma ideia de complementaridade, como é o sentido atribuído por muitos autores, mas atuam como um “circuito recursivo”, posto que a natureza está na sociedade e a sociedade está na natureza, e que todas as coisas têm uma dimensão natural e uma dimensão social. Por sua vez, a expressão “relação comunidade-meio” é de nossa preferência por traduzir uma relação de complementaridade entre partes distintas, no caso, as pessoas e o meio onde estão inseridas, correspondendo concretamente aos sujeitos e objetos observados.

a possibilitar análises cruzadas entre os subtemas relacionados.

No entanto, o próprio ato de cartografar também precisa ser situado politicamente. Isto porque os mapas têm sido utilizados historicamente utilizados pelas forças hegemônicas como instrumento de conquista de fronteiras exploratórias, com a dominação de povos e a pilhagem de recursos naturais. Portanto, o que se propõe aqui é a realização do que chamamos de cartografias contra-hegemônicas, podendo ser chamadas também de Contracartografias, incluindo as diversas formas de mapeamento que vêm apoiar os sujeitos sociais que constituem resistência às dominações hegemônicas. Nossa compreensão de Contracartografias abrange um largo espectro de abordagens teórico-metodológicas, como: as oficinas de cartografias sociais, os etnomapeamentos, o acesso a bancos de dados sobre conflitos no campo, a pesquisa junto a dados de cartórios de registros de imóveis rurais, o uso de drones com participação comunitária, dentre outros.

Embora sejam diversas as possibilidades metodológicas dentro do espectro de abordagens cartográficas contra-hegemônicas, é importante salientar que ao tratarmos de povos e comunidades tradicionais, entendendo-os como grupos sociais distintos da cultura hegemônica, é preciso atentar-se à coerência de se buscar como ponto de partida para os mapeamentos, as demandas e os desejos apresentados pelas próprias comunidades, assim como de fornecer as ferramentas metodológicas citadas para que sejam apropriadas e, se preciso, adaptadas, de modo que a construção das cartografias seja feita pelos sujeitos das comunidades e para as comunidades.

2 | A CARTOGRAFIA VALORIZADA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O termo cartografia envolve uma multiplicidade de sentidos. Tal multiplicidade é muitas vezes desconhecida devido ao reducionismo comumente praticado, que a toma como simplesmente um conjunto de técnicas de obtenção de dados espaciais e sua disposição em mapas, ou seja, a cartografia convencional, muito conhecida no contexto do fazer geográfico. Enquanto isso, em outras áreas das ciências humanas, já vem sendo tratada como método, com abordagens próprias, baseadas no estabelecimento de conexões entre atores, processos e cenários.

Dentro desta perspectiva de cartografia como método de pesquisa, sustenta-se a percepção de que cartografar é acompanhar processos. Esta discussão traz ricas contribuições para o presente trabalho, principalmente ao construir uma visão crítica sobre a prática limitada à representação de objetos, apontando-a como uma “paixão da ciência moderna” (BARROS e KASTRUP, 2009.):

A concepção de uma pesquisa como representação de um objeto remonta ao surgimento da ciência moderna. (...) No contexto da ciência moderna, a distinção entre sujeito e objeto existe para garantir que o saber produzido possa ser validado de modo coletivo, pela comunidade científica. (p.53-54).

Neste sentido, a proposição do método cartográfico se aproxima da pesquisa

etnográfica por lançar mão da observação participante, onde “o pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial” (Op. Cit., p.56). Essa compreensão reforça a conexão entre o ato de cartografar e o de etnografar.

Mesmo próximo da etnografia, o método cartográfico tem suas peculiaridades em relação à produção de descrições, uma vez que traz consigo uma representação diagramática dos processos, um desenho, uma disposição de traçados. Assim,

a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse plano coletivo de forças. (Op. Cit., p.57).

Tais proposições foram pensadas como método de investigação, modo de proceder perante uma pesquisa, sendo que a discussão sobre como expressar o plano² coletivo de forças para o leitor, fica centrada nas narrativas, evidenciando que os diagramas podem ser traçados na própria linguagem textual, mas não faz considerações sobre a possibilidade de serem desenhados em imagens. É uma proposta construída na presente pesquisa, recorrer ao traçado imagético, uma vez que temos um apreço pelas sínteses visuais, possivelmente porque a geografia já trabalha com tal linguagem através dos mapas.

Sendo assim, a contribuição desta discussão é demonstrar que o ato de cartografar envolve a prática da construção de um plano coletivo de forças. Como destacam Escóssia e Tedesco (2009), “ao lado dos contornos estáveis que denominamos de formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem” (Op. Cit., p.92). As autoras complementam:

na rede conceitual indicada, é possível apreender o coletivo longe dessa visão dicotômica sobre coletivo e indivíduo. A oposição é substituída pelo entendimento do coletivo a partir de relações estabelecidas entre dois planos - o plano das formas e o plano das forças - que produzem a realidade. Embora distintos, os dois planos não se opõem, e sim constroem entre si relações de reciprocidade que asseguram cruzamentos múltiplos (Op. Cit., p.94).

O desafio que se coloca para o método cartográfico é proceder à investigação das formas sem dissociá-las de sua dimensão processual, que consiste no plano coletivo. Esta perspectiva contribui com o estudo dos conflitos territoriais, uma vez que permite dar atenção aos diagramas de força que existem entre os atores sociais que fazem parte de determinados conflitos, de modo a considerar também neste cenário os objetos espaciais envolvidos, citando como um exemplo do contexto agrário, as reservas de minério de um dado território. Tais jogos de força é que resultam na identificação destes objetos ou formas, correspondendo ao que as autoras chamam de “coagulações”, “conglomerados de

² Ao optar pelo uso do termo “plano de forças” e não “campo de forças”, busca-se o afastamento da tradição iniciada no século XIX (surgida na física de Maxwell e reafirmada pela psicologia da Gestalt) e que inspira as ciências naturais e as ciências humanas a pensar os fenômenos como resultantes do equilíbrio da dinâmica de forças.

vetores”.

Entendemos que esta compreensão se correlaciona com a discussão de Latour (2012, p.108-109) na Teoria Ator-Rede (*ANT – Actor Network Theory*), quando o mesmo afirma:

Além de “determinar” e servir de “pano de fundo” para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc. A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas no lugar dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de que e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, a falta de termo melhor, chamaríamos de não humanos.

Assim, o método cartográfico contribui para o mapeamento das diversas conexões existentes na relação comunidade-meio, inserindo em uma mesma rede as pessoas, os recursos hídricos, recursos minerais, além de tantos outros componentes da trama territorial.

3 I MAPAS DE LUGARES E MAPAS DE PAISAGENS PARA OS ESTUDOS TERRITORIAIS

Na geografia, é possível observar mapas que retratam diferentes temas e conceitos espaciais, como exemplos a citar: os mapas regionais, capazes de expressar panoramas dos processos espaciais que ocorrem com considerável homogeneidade em escala de grande abrangência (nível de pequeno detalhamento); os mapas afetivos, que exploram as temáticas relacionadas à afinidade com o lugar; mapas de unidades de paisagem, bastante conhecidos em estudos da geografia física; e mapas de conflitos, que expressam disputas territoriais, dentre outros tantos tipos.

Considerando que as dinâmicas territoriais das comunidades de fundos de pasto se apresentam como temática central deste estudo, e que a essência política do conceito de território aqui estabelece forte conexão com as questões culturais e ecológicas, propomos uma articulação cartográfica entre dois importantes conceitos da geografia: o lugar e a paisagem. Assim, além do mapeamento dos conflitos, que apontam diretamente para a dimensão política do território, os mapas afetivos e os mapas de unidades de paisagem servirão para a espacialização das expressões identitárias e das atividades agropecuárias que desenvolvem tradicionalmente, como etapas que facilitam a posterior identificação e localização de relações de conflito capazes de ameaçar tais expressões.

O conceito de lugar possibilita uma discussão sobre os espaços afetivos, ligados à memória e à identidade dos habitantes, pois está relacionado ao sentimento de pertencimento. Tal conceito aponta para as mais diversas formas de vivência cotidiana, além das vivências do calendário tradicional, associadas por exemplo, às religiosidades, às

diversões populares, às relações de vizinhança, às histórias de vida das diversas gerações atuais, além dos antepassados e das relações próprias do tempo presente, dentre outras. Todas essas vivências são aspectos afetivos que de diferentes modos apontam para a territorialidade, uma vez que reforçam a presença da comunidade na terra, sua posse e sua relação histórica.

A construção dos mapas afetivos, embora tenha uma essência cultural, apresenta uma finalidade política, que é a de expressar uma síntese das relações de identidade territorial, que servirão para usufruto das próprias comunidades. Para sua realização, recorreremos às metodologias da história oral e dos desenhos de mapas mentais, a partir de abordagens representacionais. Há de se ressaltar que durante a metodologia, tratamos de modo diferenciado as relações afetivas diretamente associadas à relação com a agropecuária e à convivência com o semiárido, uma vez que, ao mesmo tempo que fazem parte do mapeamento de lugares, contribuem com o entendimento de dinâmicas ecossistêmicas e servem de base a uma etapa posteriormente estabelecida, que consiste na identificação das unidades de paisagem.

Já a paisagem, por ser um conceito presente tanto na geografia física como na geografia humana, embora tratado em abordagens distintas, aponta para possibilidades de estabelecer diálogos entre as discussões sociais e biofísicas, principalmente se observarmos seus sentidos comuns entre as diversas correntes. Além disso, consideramos um problema epistemológico no uso dos termos “paisagem cultural” e paisagem “natural”, que têm sido construídos como tentativas de expressar respectivamente as paisagens fortemente transformadas pelo homem e as paisagens com pouca ou nenhuma intervenção humana. A paisagem é sempre fruto das relações estabelecidas entre a sociedade e seu meio, independentemente do grau de intencionalidade envolvido nas intervenções e considerando a não-intervenção como fruto possível das intencionalidades.

Considerando um enfoque da relação comunidade-meio enquanto expressão ecológica das territorialidades tradicionais, o conceito de paisagem também vem a calhar como chave teórica, uma vez que aponta para a identificação de unidades constituídas a partir de um complexo formado por vegetação, relevo, microclima, reservatórios de água, habitações, canteiros agrícolas em seu entorno, além de terreiros e outros espaços ocupados por animais de criação e animais nativos, dentre outros componentes. Neste sentido, propomos aqui um olhar sobre as unidades de paisagem como fruto de um hibridismo sociobiofísico.

A construção dos mapas de unidades de paisagem também tem uma finalidade política, uma vez que reúne as formas como a comunidade percebe e classifica seu meio, reafirmando sua íntima relação com os recursos naturais, tratados como bem-comum, além de expressar a importância destes para a reprodução de sua existência. Além das unidades de paisagem, são construídos, como forma de complementar a discussão, mapas temáticos da geografia física, como os de solos, relevos e hidrografia, além do mapeamento das

atividades econômicas familiares realizadas em convivência com o ambiente semiárido.

Desse modo, entendendo que as territorialidades tradicionais também são manifestadas pelas memórias e identidades, além das relações e percepções ecológicas (atinentes ao meio sociobiológico), é proposto aqui a articulação conceitual lugar-paisagem-território³, realizada teórica e metodologicamente através dos prismas cartográficos.

4 | CONCLUSÕES: PARA QUE(M) SERVE ESSA CARTOGRAFIA

Para encerrar este trabalho, há um aspecto crucial a ser considerado, que se trata das formas de participação dos sujeitos sociais pesquisados nas etapas de planejamento e execução da pesquisa.

Ao longo deste texto mencionamos a expressão “cartografia de comunidades tradicionais”, mas faz-se necessário esclarecermos aqui os sentidos que intencionamos atribuir à preposição “de”, associando-a a outras três preposições: “sobre” (assunto), “por” (coautoria) e “para” (finalidade/pertencimento). Nesse sentido, afirmar que são narrativas cartográficas das comunidades, neste trabalho, é uma forma abreviada de afirmar que tais narrativas tratam sobre as comunidades, são coproduzidas pelas comunidades e devem servir para as comunidades em seu benefício.

A decisão por trabalhar as comunidades tradicionais de fundos de pasto como assunto tem uma grande relevância política, pois está associada à sua visibilização, de modo a tornar vulnerabilidades sociais que são invisíveis a diversos setores da sociedade em emergências sociais⁴. Além disso, a visibilização da sua cultura é uma forma de valorizar os modos de vida tradicionais. Assim, considerar tais sujeitos como assunto científico é também um modo de estar atento à função social da pesquisa acadêmica.

Já no que tange à coautoria dos sujeitos dos sociais pesquisados sobre a própria pesquisa que os aborda, faz-se importante discutir os processos de protagonismo e de participação nas etapas da pesquisa. A ideia de protagonismo diz respeito a uma posição de decisão da comunidade sobre os rumos que ela própria deseja que a pesquisa tome, apontando os temas prioritários, enquanto a participação é um termo mais geral em que muitas vezes o pesquisador insere a comunidade em etapas práticas da pesquisa, após chegar com um roteiro já previamente elaborado exclusivamente pelos acadêmicos sobre os rumos e temas da investigação.

Em nossos trabalhos de campo, os primeiros encontros ocorreram a partir de reuniões conjuntas com membros de todas as comunidades envolvidas e ocorreram mediante uma apresentação que fizemos sobre a ideia de pesquisa cartográfica de cunho social e uma

3 Embora esta articulação possa remeter alguns leitores à proposição do modelo GTP (Geossistema-Território-Paisagem) feita por Georges Bertrand a partir dos anos 1990, tem fortes distinções em termos conceituais, principalmente porque nossa abordagem do território é feita na perspectiva das relações de poder e porque nossa abordagem da paisagem intrinsecamente já inclui as atividades humanas.

4 Boaventura de Sousa Santos aborda as emergências sociais como sendo as questões de grande importância para os sujeitos, que antes eram desconhecidas pelos pela sociedade de modo geral, mas que passam a ganhar sua atenção.

breve exposição sobre em que os mapas vem auxiliando outras comunidades a partir de pesquisas deste tipo. A partir deste ponto, ao longo das oficinas, os sujeitos sociais foram apresentando as temáticas que mais se aproximavam de suas diversas demandas e expectativas. Algumas ideias-chave auxiliaram a dinamização dessas atividades, como as de “sonhos⁵” e “necessidades”.

Em outros momentos, houveram sugestões de atividades previamente pensadas e formatadas por nós pesquisadores (que buscamos nos inserir durante as oficinas enquanto facilitadores), como a realização de percursos com uso de navegador de posicionamento global, quando já possuíamos relações de vínculo e confiança estabelecidos com os sujeitos pesquisados. Nesses percursos, membros de cada comunidade se inseriram como participantes imprescindíveis do processo, nos guiando pelos lugares de maior relevância para os mesmos, ressaltando assim, o perspectivismo comunitário nessas etapas da pesquisa.

Dentre as funções sociais específicas dos mapas elaborados, entendemos que existem três tipos principais: mapas que contribuem com a reafirmação da identidade territorial e do patrimônio cultural das comunidades, para usos argumentativos em processos jurídicos relacionados à delimitação legal do território; mapas que auxiliam o desmascaramento e a denúncia dos interesses de agentes sociais externos à comunidade, que sondam suas terras em busca de empreendimentos capitalistas; e por fim, mapas relacionados à organização interna da comunidade, que podem contribuir com sua articulação e capacidade de resolução de problemas entendidos pelos próprios como vulnerabilidades, embora alguns desses últimos mapas não venham a ser completamente expostos com fins de não expor as comunidades.

REFERÊNCIAS

BARROS, L., KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS et. al. (orgs). **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. Pista 5, p.52-75.

CARNEIRO, L. **Territorialidades e Etnografia**: avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 7, n. 1 Abr. 2013, p.81-101.

COSGROVE, D. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

ELLIOT LITTLE, P. **Ecologia política como etnografia**: um guia teórico e metodológico. Horiz. antropol. [online]. 2006, vol.12, n.25, pp.85-103

ESCÓSSIA, L., TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: Passos E, Kastrup V, Escossia L, organizadores. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina; 2009. Pista 5, p.92-108

5 Nossa abordagem sobre os sonhos das comunidades é inspirada pelo Projeto “Futureo”, do Instituto Nacional do Semiárido, disponível no website da referida instituição.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 400 p., 2012.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias: Um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E.; CECEÑA, A. E. (orgs.) **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 64, 71, 76, 78, 79

Água 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 22, 27, 56, 64, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 105, 106, 107, 108, 112, 126, 168, 172, 180

Análise 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 28, 29, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 73, 79, 102, 131, 136, 148, 151, 152, 155, 164, 165, 170, 172, 174

Anos 3, 4, 9, 10, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 60, 62, 74, 78, 81, 82, 85, 86, 90, 96, 110, 122, 123, 125, 134, 159, 161, 179, 183

Avaliação 11, 20, 21, 22

C

Cidadania 84, 154

Cidade 2, 47, 70, 72, 86, 97, 99, 102, 114, 121, 128, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 172, 173

Comunidades tradicionais 50, 51, 52, 53, 57, 58, 80, 84, 86

Conflito 55, 146

Conhecimento 1, 7, 28, 39, 50, 65, 66, 67, 73, 85, 108, 119, 132, 178

Contexto 21, 24, 36, 51, 53, 54, 61, 62, 64, 66, 67, 73, 81, 82, 84, 136, 140, 146, 152, 156, 157, 163

Cultura 23, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 84, 92, 102, 103, 120, 131, 134

D

Desenvolvimento 14, 15, 22, 28, 29, 30, 35, 60, 61, 63, 64, 71, 77, 81, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 102, 111, 115, 116, 121, 136, 141, 145, 158, 163, 164, 184

Desenvolvimento regional 102

Diversidade 25, 49, 61, 80, 82, 111

E

Educação ambiental 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 101

Escola 12, 60, 62, 64, 66, 67, 100, 183

Espaço 36, 43, 44, 47, 48, 52, 62, 64, 65, 70, 72, 73, 76, 92, 117, 118, 119, 130, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163

Espaço geográfico 36, 73, 135, 136, 140

Estudo 1, 11, 12, 14, 21, 22, 28, 35, 37, 38, 39, 41, 48, 52, 54, 55, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 82, 91, 97, 100, 121, 123, 124, 141, 152, 158, 159, 161, 165, 166,

167, 172, 173, 175, 176, 177, 183

F

Fonte 3, 4, 6, 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 81, 83, 85, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 107, 108, 112, 114, 118, 120, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 144, 161

G

Geografia 11, 13, 20, 21, 28, 35, 36, 37, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 82, 87, 88, 135, 146, 148, 156, 173, 184

H

Humano 60, 61, 66, 70, 94, 150

L

Lugar 29, 50, 55, 57, 118, 132, 136, 138, 141, 142, 151, 156, 160, 161

M

Metodologia 11, 15, 27, 39, 56, 72, 79, 91, 100, 102, 166

Movimento 54, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 150

Mulheres 70, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Município 2, 3, 4, 7, 8, 9, 11, 24, 38, 39, 44, 47, 62, 67, 68, 79, 85, 89, 91, 97, 98, 99, 103, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 160, 168, 169

N

Natureza 35, 52, 60, 61, 62, 66, 68, 74, 77, 92, 111, 112, 115, 116, 135, 140, 146

Necessidade 7, 60, 63, 66, 67, 92, 99, 119, 120, 131, 137, 148

O

Ocupação 52, 69, 70, 72, 75, 76, 78, 122, 125, 126, 129, 131, 133, 134, 168, 174

Organização 58, 63, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 95, 104, 120, 136, 140

P

Paisagem 36, 50, 55, 56, 57, 58, 78, 81, 93, 94, 115, 134, 151

Participação 9, 53, 57, 77, 88, 90, 94, 95, 152, 153

Patrimônio 58, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133

Pesquisa 11, 14, 36, 39, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 79, 82, 87, 91, 96, 97, 100, 101, 102, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 136, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 164, 173, 184

Problema 14, 56, 72, 75, 76, 96, 111, 162

R

Relações 28, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 87, 135, 140, 141, 145, 146, 151, 153

Resíduos 64, 68, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 108, 113, 117, 120

Rodovia 63, 133, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155

S

Saneamento básico 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 70

Social 2, 6, 50, 52, 55, 57, 59, 61, 66, 69, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 92, 96, 108, 120, 129, 136, 137, 149, 150, 153, 154, 157, 158, 159, 163, 164

Sociedade 52, 56, 57, 66, 85, 90, 91, 94, 95, 125, 136, 145, 146, 150, 151, 152, 153

Sustentável 64, 66, 69, 71, 72, 73, 84, 89, 90, 91, 92, 94, 111, 115, 120, 132, 158, 159, 164

T

Tecnologia 11, 60, 63, 121

Terra 51, 52, 56, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 81, 82, 85, 87, 125, 146, 156, 175, 176, 177

Territorial 52, 55, 56, 58, 71, 72, 77, 78, 79, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 158, 159, 184

Território 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 69, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 123, 126, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 158, 159, 179, 184

Trabalho 9, 13, 14, 15, 21, 22, 28, 35, 37, 39, 40, 41, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 60, 62, 64, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 102, 103, 106, 107, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 135, 143, 144, 148, 150, 167, 177, 178, 180, 182, 183

U

Umidade 15, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 49, 114, 162, 172

Urbano 70, 71, 72, 77, 92, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 172, 173

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br